

IMPACTO DA COVID 19 NA GERAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DA RIQUEZA DAS EMPRESAS DO SETOR VAREJISTA LISTADAS NA B3

André Tadeu Brandão De Sousa - Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - Fipecafi

José Alexandre De Oliveira Von Bloedau - Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - Fipecafi

Fabiana Lopes Da Silva - Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - Fipecafi

Marta Cristina Pelucio Grecco - Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - Fipecafi

Resumo

O presente estudo tem como objetivo investigar a geração e distribuição da riqueza por meio da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), das empresas listadas na B3 pertencentes ao setor varejista classificadas na categoria de Consumo Cíclico, durante a crise do COVID-19. Inicialmente faz-se uma abordagem sobre a Demonstração do Valor Adicionado – DVA, a Teoria dos Stakeholders, a Teoria da Divulgação, sobre o setor varejista e sobre a epidemia da COVID-19, para em seguida apresentar os resultados da análise. Foram analisadas 28 empresas nos exercícios de 2019 e 2020, por meio da aplicação do teste de Wilcoxon. Os resultados evidenciaram uma redução significativa no valor adicionado gerado pelas empresas no ano de 2020, em comparação ao exercício anterior. Além disso, observou-se uma redução na distribuição de riqueza aos acionistas no ano de 2020.

Palavras-chave: Distribuição de Valor Adicionado, Contabilidade, Setor Varejista, Disclosure.

Abstract

This study aims to investigate the generation and distribution of wealth through the Value Added Statement (DVA), of companies listed in B3 belonging to the retail sector classified in the category of Cyclic Consumption, during the COVID-19 crisis. Initially, an approach is made on the Demonstration of Added Value - VAD, the Stakeholders Theory, the Theory of Disclosure, on the retail sector and on the COVID-19 epidemic, to then present the results of the analysis. Twenty-eight companies were analyzed in the years 2019 and 2020, using the Wilcoxon test. The results showed a significant reduction in the added value generated by companies in 2020, compared to the previous year. In addition, there was a reduction in the distribution of wealth to shareholders in 2020.

Keywords: Value Added Distribution, Accounting, Retail Sector, Disclosure.

IMPACTO DA COVID 19 NA GERAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DA RIQUEZA DAS EMPRESAS DO SETOR VAREJISTA LISTADAS NA B3

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo investigar a geração e distribuição da riqueza por meio da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), das empresas listadas na B3 pertencentes ao setor varejista classificadas na categoria de Consumo Cíclico, durante a crise do COVID-19. Inicialmente faz-se uma abordagem sobre a Demonstração do Valor Adicionado – DVA, a Teoria dos *Stakeholders*, a Teoria da Divulgação, sobre o setor varejista e sobre a epidemia da COVID-19, para em seguida apresentar os resultados da análise. Foram analisadas 28 empresas nos exercícios de 2019 e 2020, por meio da aplicação do teste de Wilcoxon. Os resultados evidenciaram uma redução significativa no valor adicionado gerado pelas empresas no ano de 2020, em comparação ao exercício anterior. Além disso, observou-se uma redução na distribuição de riqueza aos acionistas no ano de 2020.

Palavras-chave: Distribuição de Valor Adicionado, Contabilidade, Setor Varejista, *Disclousure*.

ABSTRACT

This study aims to investigate the generation and distribution of wealth through the Value Added Statement (DVA), of companies listed in B3 belonging to the retail sector classified in the category of Cyclic Consumption, during the COVID-19 crisis. Initially, an approach is made on the Demonstration of Added Value - VAD, the Stakeholders Theory, the Theory of Disclosure, on the retail sector and on the COVID-19 epidemic, to then present the results of the analysis. Twenty-eight companies were analyzed in the years 2019 and 2020, using the Wilcoxon test. The results showed a significant reduction in the added value generated by companies in 2020, compared to the previous year. In addition, there was a reduction in the distribution of wealth to shareholders in 2020.

Keywords: Value Added Distribution, Accounting, Retail Sector, *Disclousure*.

1. INTRODUÇÃO

Segundo Machado, da Silva Macedo e Machado (2015) as demonstrações financeiras das empresas possuem uma grande importância porque demonstram o relatório contábil e tem a finalidade de auxiliar o gestor na tomada de decisões que podem afetar a situação financeira da empresa, com informações detalhadas para os gestores, credores, governo, além de outros agentes econômicos.

Ainda conforme os referidos autores, a informação contábil geralmente: (i) ajuda a reduzir a assimetria da informação entre os usuários internos (gestores, executivos etc.) e os usuários externos (analistas de mercado, acionistas, credores, governo etc.); (ii) auxilia o usuário na avaliação das transações passadas, presentes e futuras nos fluxos de caixa futuros (valor preditivo) e/ou confirmando ou corrigindo suas avaliações anteriores (valor confirmatório); e (iii) proporciona a possibilidade de alteração da decisão do usuário pela sua utilização, visto que, o usuário pode tomar uma decisão diferente da que teria tomado, caso não tivesse acesso à determinada informação (Machado et al, 2015).

Uma informação sempre será relevante se estiver relacionada com os valores de mercado da organização segundo Barth, Beaver e Landsman (2001).

Várias pesquisas têm sido desenvolvidas para analisar o impacto do processo de convergência aos padrões internacionais de contabilidade (por exemplo: Antunes, Grecco, Formigoni e Neto, 2012; Grecco, Geron, Formigoni e Segura, 2013; e Machado, Machado, Souza e Oliveira, 2012). No Brasil a convergência iniciou oficialmente conforme a Lei 11.638/07, que alterou a Lei 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações), por conta das alterações das disposições contábeis, objetivando assemelhar a contabilidade brasileira da internacional.

Além disso, a Lei 11.638/07 trouxe a obrigatoriedade da divulgação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) para as empresas de capital aberto, onde tal divulgação era não era obrigatória no Brasil até a aprovação da referida Lei, embora algumas empresas divulgassem voluntariamente.

Kroetz e Cosenza (2004, p. 18) mencionam que a DVA ainda não foi adequadamente explorada em sua total amplitude e magnitude, como um relevante instrumento para a apresentação de informação útil para os interesses dos distintos usuários. Complementam os autores que, apesar de sua utilidade ser muito realçada no meio acadêmico, uma vez que ela evidencia diferentes concepções sobre a riqueza criada e distribuída por uma empresa, esta demonstração ainda é desconhecida por boa parte dos *stakeholders*, já que até bem pouco tempo não havia no Brasil um esforço canalizado para normatizar sua elaboração e, tampouco, obrigar sua publicação.

Castro (2020) verificou que desde o final de 2019, com o agravamento em 2020, a pandemia do Covid-19 se alastrou por todos os países, forçando os governos a implantarem confinamentos para tentar reduzir a contaminação, exigindo das pessoas uma adaptação dos hábitos e comportamentos sociais. Nas empresas impactou na redução ou até na paralização das atividades econômicas, onde muitas organizações para continuarem operacionais foram obrigadas a migrar parte de suas atividades para o modelo *home-office*. A economia mundial foi bastante afetada pelo avanço do Covid-19, acelerando a trajetória da crise, o que levou analistas e governos a associar a crise pelo impacto da pandemia.

Para Castro (2020) os impactos da recessão econômica na qual o capitalismo global está entrando recairão com uma força ainda maior na América Latina.

Segundo Cabral (2020) as vendas no comércio varejista caíram 16,8% em abril, na comparação com o mês anterior, por conta dos efeitos do isolamento social para amenizar a proliferação da pandemia de Covid-19. É considerado o pior resultado da série histórica que iniciou em janeiro de 2000, sendo o segundo recuo seguido, acumulando no período uma perda de 18,6%. Os dados são da Pesquisa Mensal de Comércio (PMC), divulgada pelo IBGE (2021).

Ressalta também que o recuo nas vendas no varejo atingiu, pela terceira vez desde o início da série, todas as oito atividades pesquisadas. A maior queda foi em Tecidos, vestuário e calçados (-60,6%), seguido de Livros, jornais, revistas e papelaria (-43,4%) e outros artigos de uso pessoal e doméstico (-29,5%).

A partir de 2007, com a implantação e convergência das Normas Brasileira de Contabilidade as Normas Internacionais de contabilidade, as empresas presenciaram um aumento crescente no grau de evidenciação e divulgação das informações contábeis, especialmente as informações relacionadas com a interação da empresa com seu público e com seu entorno (Costa & Marion, 2007; Antunes, Grecco, Formigoni & Mendonça Neto, 2012).

Em alguns casos, até de uma forma espontânea, as empresas começaram a entender e se convencer da necessidade de registrar, mensurar e divulgar aspectos voltados ao impacto social da empresa e informações sobre seu desempenho econômico-financeiro, segundo Cunha et. al (2005) e Silva, Siqueira, Morais e Santos (2008). As empresas do estudo são obrigadas a apresentar a DVA, por força do Órgão Regulador, neste caso a CVM (Comissão de Valores Mobiliários), pois todas sem encontram listadas na Bolsa de Valores do Brasil, a B3.

Um dos setores que sofreu um importante impacto na covid-19 foi o setor varejista, pois conforme a reportagem de Mendes (2020), o varejo acumulou uma perda de R\$ 279 bilhões desde início da pandemia do Covid-19.

Segundo a Sociedade Brasileira de Varejo e Consumo, o setor varejista movimentou R\$ 1,650 trilhão em 2019 com crescimento real de 1,8% em relação ao ano anterior, e respondeu por 22,60% do PIB brasileiro.

Diante do exposto, levantou-se o seguinte problema de pesquisa: Qual é o impacto da COVID 19 na geração e distribuição da riqueza do setor varejista das empresas listadas na B3?

Para responder à questão de pesquisa, foi delineado o seguinte objetivo: analisar o impacto da COVID-19 na geração e distribuição da riqueza do setor varejista das empresas listadas na B3.

Por estes motivos, a pesquisa se justifica uma vez que inclui novos conhecimentos na consolidação dos estudos sobre a divulgação de informações pelas empresas, compreendendo a atuação prática. Por meio de outras pesquisas é possível desenvolver outros métodos de aprendizagem, no intuito de transmitir mais informações aos interessados e a sociedade como um todo, sempre apresentando como o valor da riqueza é gerado e distribuído, e exprimindo, também, como as economias têm se comportado durante a crise do coronavírus.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A pesquisa da importância da informação contábil

O objetivo das demonstrações contábeis é fornecer informações sobre a posição patrimonial e financeira, o desempenho e as mudanças na posição financeira da entidade, que sejam úteis a um grande número de usuários em suas avaliações e tomadas de decisão econômica (CPC, 2008).

A DVA objetiva revelar a riqueza gerada pela empresa bem como sua distribuição entre aqueles que contribuíram para a formação da riqueza, isso quer dizer, demonstrar a parte do valor adicionado destinado aos proprietários do capital, a outros que participaram do financiamento das atividades da empresa, empregados, sociedade e quanto é destinado à empresa.

O valor adicionado refere-se ao aumento da riqueza gerada pelo uso produtivo dos recursos da empresa antes de sua distribuição entre acionistas, financiadores, trabalhadores e o governo. Assim, enquanto o lucro é o retorno final ganho pelos acionistas, o valor adicionado é o retorno total ganho pelo time de trabalhadores, provedores importantes, e o governo. (Riahi-Belkaoui, 1992, p. 1)

Lopes e Martins (2007) afirmam que o conteúdo informativo da contabilidade tem a capacidade de fornecer informações que possuam relevância econômica ao usuário e está se referindo à capacidade da informação alterar as crenças e percepções dos observadores.

As informações demonstradas na DVA são extraídas da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), e não possuem objetivos parecidos, mas são informações complementares que buscam dar mais transparência aos interessados que buscam por mais dados da empresa. A DRE prioriza o lucro líquido, o que corresponde na DVA à parte do valor adicionado direcionado aos proprietários do capital. As demais partes do valor adicionado direcionado aos funcionários, outros financiadores e governo são demonstrados como despesas na DRE, segundo Machado, da Silva Macedo e Machado (2015).

Observa-se que a DRE usa o critério da natureza, à medida que a DVA usa o critério do benefício. Por exemplo, é demonstrado na DRE que os salários dos funcionários participantes do ciclo produtivo são classificados como custos e a remuneração da administração como despesa. Na DVA, independente da natureza, os custos ou as despesas, salários ou remuneração pagos equivalem ao valor adicionado destinado aos funcionários, onde é usado o critério de benefício da renda, conforme Iudícibus, Martins, Gelbcke, & Santos (2010).

Em contabilidade, a informação é gerada para atender pessoas ou entidades que necessitam de alguma informação contábil para tomada de decisões. Estes usuários podem ter preocupações em comum, como a capacidade de geração de caixa, a rentabilidade da empresa e a continuidade de seus negócios (Favero et al., 2011). Como também pode haver interesses e necessidades diferenciadas quanto à informação contábil por parte dos seus usuários, dependendo da relação que eles estabelecem com a organização.

Segundo o Pronunciamento 00 do Comitê de Pronunciamento Contábeis, o objetivo do relatório financeiro para fins gerais é fornecer informações financeiras sobre a entidade que reporta que sejam úteis para investidores, credores por empréstimos e outros credores, existentes e potenciais, na tomada de decisões referente à oferta de recursos à entidade.

Atualmente a sociedade tem cobrado cada vez mais informações das empresas, e a contabilidade atua como mediadora desta exigência, que segundo Kam (1990) a sociedade é o maior grupo potencial do uso das informações contábeis.

2.2 Teoria dos *stakeholders* e teoria da divulgação voluntária

Segundo Gibson (2000) a teoria dos *stakeholders* tem obtido cada vez mais destaque na literatura. A partir do surgimento desta teoria passou a dar-se atenção aos interesses de outros grupos de indivíduos que não apenas os proprietários ou acionistas das empresas.

Freeman (1984) define os *stakeholders* e o papel que os gestores possuem dentro da organização. O conceito de *stakeholder* oferece uma nova maneira de pensar a gestão estratégica da organização, que direciona como definir e implementar a estratégia de negócio.

Donaldson e Preston (1995) afirmam que existem vários aspectos que envolvem os *stakeholders* e que podem ser usados de formas distintas pelas empresas e reconhecem três tipos de uso: descritivo, instrumental e normativo. O aspecto descritivo considera que os gestores podem identificar e classificar os papéis nos ambientes interno e externo. No aspecto instrumental é evidenciado quando o modelo é usado como ferramenta de gestão (*Stakeholder Management*). O aspecto normativo aparece quando a alta direção reconhece os interesses de todos *stakeholders*, alinha interesses comuns e os níveis de influência sobre a organização. [...] uma maneira de construir uma base normativa para o *stakeholder* é examinar o modelo do seu principal concorrente, o modelo de controle de gestão, na regra de julgamento de interesses (Donaldson & Preston, 1995).

Kaplan (1997) nos diz que o conjunto de forças que são criadas pelo ambiente externo da empresa, que desenvolvem e implementam programas nas instituições identificam *stakeholders* como os agentes interessados no destino da organização, onde se incluem

Governo; Entidades/Sindicatos; Concorrentes; Fornecedores; Clientes; Funcionários; Proprietários; Executivos e a comunidade em geral que exercem influência sobre as decisões tomadas pela empresa.

Souza e Almeida (2006) verificaram que o papel exercido por esses agentes, isoladamente ou em conjunto, tem a finalidade de agregar valor para os proprietários e a toda sociedade em geral.

De acordo com De Luca (1998) fornecer informações à sociedade sobre a utilização de recursos humanos, naturais, financeiros, tecnológicos e outros que pertencem à própria sociedade (direta ou indiretamente) é o mínimo que as entidades devem fazer para merecer o respeito e a credibilidade necessários à continuidade de suas operações. Desse modo, se por um lado a organização subtrai da comunidade à sua volta recursos indispensáveis à sua atuação, por outro essa tão somente espera uma prestação de contas.

Para Sallotti e Yamamoto (2008) a Teoria da Divulgação Voluntária trata do desenvolvimento da Teoria da Divulgação considerando a divulgação como um processo endógeno, ou seja, são considerados os incentivos que os gestores e/ou as empresas têm para divulgar as informações.

A respeito da Teoria da Divulgação, destaca-se o trabalho de Verrecchia (2001), apresentado de acordo com uma abordagem analítica descrevendo os modelos matemáticos desenvolvidos pela teoria para explicar e prever fenômenos relacionados ao *disclosure*.

Verrecchia (2001, p. 99) procura classificar os trabalhos existentes sobre o assunto em três categorias: Pesquisa sobre Divulgação Baseada em Associação (*association-based disclosure*); Pesquisa sobre Divulgação Baseada em Julgamento (*discretionary-based disclosure*) e Pesquisa sobre Divulgação Baseada em Eficiência (*efficiency-based disclosure*).

A primeira categoria inclui pesquisas com o objetivo principal de investigar a relação ou associação entre a divulgação (como sendo um processo exógeno) e as mudanças no comportamento dos investidores, os quais competem no mercado de capitais na forma de agentes individuais que maximizam a sua riqueza.

A segunda categoria compreende pesquisas que identificam quais os motivos da divulgação, ou seja, procuram examinar como os gestores e/ou as empresas decidem divulgar determinadas informações.

A terceira categoria abrange pesquisas sobre quais configurações de divulgação são as preferidas, na ausência de conhecimento passado sobre a informação, isto é, a divulgação ainda não ocorreu e, portanto, pode ser caracterizada como sendo *ex-ante*.

2.3 Valor adicionado e demonstração do valor adicionado

O conceito de valor adicionado foi criado de forma primária a cerca de 200 anos atrás, segundo Knell (1986), no século XVIII algumas empresas da Europa estavam procurando constituir uma melhor relação de diálogo com seus grupos de interesse. Dentre os participantes destes grupos, estavam os empregados, onde essas organizações tinham o objetivo de conseguir uma maior motivação e consequente produtividade, problema comum nesta época.

O Comitê de Normas de Contabilidade do Reino Unido (*Accounting Standards Steering Committee – ASSC*) começou em meados da década de 70, a trabalhar em prol da sistematização e regulamentação do valor adicionado. A iniciativa deste órgão britânico foi fundamental, em termos conceituais, para a abertura das discussões sobre a normatização do valor adicionado segundo Gallizo e Mcleay (1989).

Na economia, denomina-se “valor adicionado em determinada etapa da produção a diferença entre o valor bruto produzido nessa etapa (igual a vendas mais acréscimos de estoques) e os consumos intermediários” (Simonsen e Cisne, 1995). Conceitualmente, a riqueza criada – ou o valor adicionado – pelos agentes econômicos de um determinado país é o Produto Interno Bruto (PIB).

Para o presente artigo, adota-se a definição de valor adicionado formulada por Gallizo (1990), que limita o conceito como: “uma informação econômico-financeira de natureza histórica, que evidencia a circulação real do patrimônio e mostra o valor econômico que foi gerado por uma empresa durante certo período de tempo e, simultaneamente, como este valor foi distribuído entre aqueles que contribuíram para a sua criação”.

A DVA surgiu como um mecanismo imediato de apresentar o lucro em uma perspectiva mais abrangente frente às organizações e o meio ao qual estão inseridas, como um esforço coletivo do capital, da gestão e do trabalho (*Corporate Report*, 1975).

Segundo Miranda (2012) a Demonstração Valor Adicionado tem sido um tema constante de debate na literatura contábil internacional (Bentley, 1981; Burchell et al, 1985; Chua, 1977; Pendrill, 1977). Sua popularidade aumentou na maioria dos países europeus no final de 1970. O que se seguiu no Reino Unido foi um aumento uso de Demonstrações de Valor Adicionado, bem como um aumento no interesse pelo profissional de contabilidade (Gray e Maunders, 1979; Morly, 1978; Renshall et al, 1979; Dewhurst, 1983).

De acordo com Santos (2005) A Demonstração do Valor Adicionado – DVA, elaborada através dos dados disponíveis na contabilidade, pode ser considerada um excelente instrumento de medição da riqueza gerada pelas atividades da empresa, e também mostrar como esta riqueza é distribuída entre os diversos agentes econômicos que participam da sua criação.

Outro ponto de interesse nos esclarece Miranda (1991), por meio da demonstração do valor adicionado, que as empresas podem mostrar a parcela da riqueza gerada por elas e como ela é distribuída entre os diversos atores, como por exemplo, as empresas que tem uma elevada carga fiscal e tributária, elas poderiam evidenciar tal fato de forma muito eficaz.

Já Evraert e Riahi-Belkaoui (1998) elencam outras vantagens, a saber: a) Trabalho Organizado; b) Medição de produtividade; c) Explicativo / Poder Preditivo; d) Mensuração da renda nacional; e) Tamanho; f) Negociações Salariais; g) As previsões dos investidores; h) Medidas de Desenvolvimento Econômico; i) Medição de desempenho; e J) Melhor Proxy.

Desta forma, com base na DVA, qualquer grupo de interesse poderá conhecer a riqueza gerada por uma organização, bem como sua posterior distribuição entre todos os agentes econômicos que tiveram participação em sua criação, contrariamente ao que faz a Demonstração do Resultado, que somente informa a riqueza criada sob a ótica do proprietário.

2.4 Informações do setor varejista no Brasil

Para Kotler (2012, pág. 482), “o varejo inclui todas as atividades relativas à venda de bens e serviços diretamente ao consumidor final, para uso pessoal”. Já Richter (1954) define o varejo como “o processo de compra de produtos em quantidade relativamente grande dos produtores atacadistas e outros fornecedores e posterior venda em quantidades menores ao consumidor final”. Outra definição relevante é a de Spohn (1977): “uma atividade comercial responsável por providenciar mercadorias e serviços desejados pelos consumidores”.

2.5 Covid-19

A primeira vez que a Organização Mundial da Saúde (OMS) foi informada sobre o vírus Sars-Cov-2, ele não tinha ainda um nome definido. Em 9 de janeiro de 2020, a organização publicou um tuíte sobre o surgimento de um número elevado de casos de pneumonia em uma cidade na China.

Depois disso, a situação começou a ser acompanhada de perto pela organização, que utilizou a rede social como meio de divulgação das principais informações acerca do novo coronavírus. E logo o vírus passou de uma situação regional para uma pandemia, derrubando as economias do mundo, como jamais visto desde a grande crise de 29.

3. MÉTODO DE PESQUISA

Essa pesquisa descritiva tem por objetivo analisar o impacto da COVID-19 na geração e distribuição da riqueza do setor varejista das empresas listadas na B3 à luz da Demonstração do Valor Adicionada (DVA).

Foram selecionadas 28 empresas do setor varejista do segmento de Consumo Cíclico listadas na B3, cujas empresas são apresentadas na Tabela 1.

Tabela 1

Relação das empresas listadas na B3 do comércio varejista Consumo Cíclico

SETOR ECONÔMICO	SUBSETOR	SEGMENTO	EMPRESA	LISTAGEM	
				CÓDIGO	SEGMENTO
Consumo Cíclico	Utilidades Domésticas	Móveis	UNICASA	UCAS	NM
	Automóveis e Motocicletas	Automóveis e Motocicletas	IOCHP-MAXION	MYPK	NM
			METAL LEVE	LEVE	NM
	Hotéis e Restaurantes	Restaurante e Similares	BK BRASIL	BKBR	NM
			IMC S/A	MEAL	NM
	Viagens e Lazer	Produção de Eventos e Shows	TIME FOR FUN	SHOW	NM
		Viagens e Turismo	CVC BRASIL	CVCB	NM
	Diversos	Serviços Educacionais	ANIMA	ANIM	NM
			COGNA ON	COGN	NM
			SER EDUCA	SEER	NM
			YDUQS PART	YDUQ	NM
		Aluguel de carros	LOCALIZA	RENT	NM
			LOCAMERICA	LCAM	NM
			MOVIDA	MOVI	NM
		Programas de Fidelização	SMILES	SMLS	NM
	Comércio	Tecidos, Vestuário e Calçados	AREZZO CO	ARZZ	NM
			CEA MODAS	CEAB	NM
			GRUPO SOMA	SOMA	NM
			LE LIS BLANC	LLIS	NM
			LOJAS MARISA	AMAR	NM
			LOJAS RENNER	LREN	NM
		Eletrodomésticos	MAGAZ LUIZA	MGLU	NM
			VIAVAREJO	VVAR	NM
		Produtos Diversos	B2W DIGITAL	BTOW	NM
			CENTAURO	CNTO	NM
			PETZ	PETZ	NM
			QUERO-QUERO	LJQQ	NM

Nota. Elaborado pelos autores

A Tabela 2 apresenta os valores distribuídos pelas 28 empresas no período analisado.

Tabela 2

Demonstração do total dos valores distribuídos pelas 28 empresas em R\$ mil

INFORMAÇÃO	2020	2019	VARIAÇÃO
DVA	38.283.027	51.420.118	-25,5%
Pessoal	19.458.961	20.454.523	-4,9%
Impostos, Taxas e Contribuições	14.744.771	14.596.789	1,0%
Remuneração de Capital de Terceiros	10.292.033	10.714.201	-3,9%
Remuneração de Capital Próprio	-6.261.822	5.486.966	-214,1%

Nota. Elaborado pelos autores

As variáveis de estudo foram extraídas da DVA referente aos exercícios sociais encerrados em 31/12/2019 e 31/12/2020, as quais foram coletadas no sítio <https://www.investsite.com.br/>. As DVA serão formatadas em Planilha Eletrônica Excel para posterior tratamento dos dados nos *softwares* SOFA e Minitab.

Foram apresentados os dados sobre o comportamento da geração e da distribuição da riqueza de todas as empresas selecionadas.

4. RESULTADOS OBTIDOS E DISCUSSÕES

Para analisar o comportamento das empresas da amostra, foi utilizado o teste não paramétrico de *Wilcoxon* para comparar as variáveis de estudo entre os anos de 2019, pré-pandemia e o ano de 2020, durante a pandemia.

Tabela 3

Resultado do teste de *Wilcoxon* para o valor adicionado total entre 2019 e 2020

Variável	N	Mediana	Mínimo	Máximo	p-valor
DVA_2020	28	780954.0	-2229714.0	7270000.0	0.03231
DVA_2019	28	1044869.5	62219.0	6109792.0	

Considerando o nível de significância de 5%, pode-se observar pela Tabela 3 que a hipótese nula, foi rejeitada, ou seja, observa-se uma redução no valor adicionado gerado em 2020, em comparação ao exercício de 2019.

A variação da DVA em -25,5% entre 2020 e 2019 (Tabela 2) é resultado da crise gerada pela pandemia Covid-19 que impactou a economia, conforme noticiado massivamente nos canais de comunicação, onde algumas empresas, principalmente a de serviços, tiveram que fechar as portas por orientação da vigilância sanitária, freando o consumo da população como um todo.

Tabela 4

Resultado do teste de *Wilcoxon* para a distribuição de riqueza para pessoal entre 2019 e 2020

Variável	N	Mediana	Mínimo	Máximo	p-valor
Pessoal_2020	28	443936.0	19186.0	3219000.0	0.6325
Pessoal_2019	28	485931.0	23012.0	4042000.0	

Tabela 5

Resultado do teste de *Wilcoxon* para a distribuição de riqueza para Governo entre 2019 e 2020

Variável	N	Mediana	Mínimo	Máximo	p-valor
Impostos,_Taxas_e_Contribuicoes_2020	28	291973.0	-185789.0	3830209.0	0.3505
Impostos,_Taxas_e_Contribuicoes_2019	28	293828.5	-14975.0	2681990.0	

Em relação a distribuição de riqueza para pessoal e governo (Tabelas 4 e 5), pode-se observar a não rejeição da hipótese nula, ao nível de significância de 5%. Ou seja, não há diferenças estatisticamente significativas entre os valores distribuídos nos anos de 2019 e 2020.

Diferente da redução apresentada na análise da DVA (Tabela 3), o mesmo não foi percebido quando foi avaliada a distribuição de riqueza para pessoal em -4,9% (Tabela 2) e para o Governo em 1,0% (Tabela 2), revelando que embora seja observada uma redução nos valores distribuídos, estatisticamente a alteração não foi significativa.

Tabela 6

Resultado do teste de Wilcoxon para a distribuição de riqueza para Credores entre 2019 e 2020

Variável	N	Mediana	Mínimo	Máximo	p-valor
Remuneracao_De_Capital_De_Terceiros_2020	28	249138.5	3607.0	1659135.0	0.1866
Remuneracao_De_Capital_De_Terceiros_2019	28	246506.0	192.0	1865833.0	

Em relação a distribuição de riqueza para credores (Tabela 6), pode-se observar a não rejeição da hipótese nula, ao nível de significância de 5%. Ou seja, os resultados apontam que não há diferença significativa entre os valores distribuídos para credores nos anos de 2019 e 2020.

Avaliando as informações dos valores distribuídos aos Credores que reduziu em -3,9% (Tabela 2), percebe-se que as empresas conseguiram manter os pagamentos das obrigações quando comparado o período de 2020 em relação à 2019, mesmo com as dificuldades no enfrentamento da pandemia.

Tabela 7

Resultado do teste de Wilcoxon para a distribuição de riqueza para Acionistas entre 2019 e 2020

Variável	N	Mediana	Mínimo	Máximo	p-valor
Remuneracao_De_Capital_Próprio_2020	28	36610.0	-5805798.0	1096269.0	0.01306
Remuneracao_De_Capital_Próprio_2019	28	149255.5	-1433000.0	1086201.0	

Em relação à distribuição de riqueza aos acionistas (Tabela 7), pode-se observar a rejeição da hipótese nula, ao nível de significância de 5%. Ou seja, os resultados apontam que há diferença significativa entre os valores distribuídos nos anos de 2019 e 2020, e especificamente a distribuição em 2020 foi inferior ao patamar de 2019.

A análise dos dados demonstra uma redução significativa na Remuneração aos Acionistas em -214,1% (Tabela 2), revelando que as performances das empresas na geração de resultados foram impactadas.

5. CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ano de 2020 jamais será esquecido, pois a maior crise sanitária do mundo moderno gerou perdas irreparáveis a vida humana, bem como uma crise econômica mundial. Em especial a sociedade brasileira, pois antes da pandemia o Brasil já vinha apresentando uma lenta recuperação da atividade econômica, por problemas políticos e estruturais crônicos.

As mudanças de comportamento das empresas e da sociedade em decorrência da pandemia do Covid-19 e com a expectativa de controle do contágio após a vacinação da população, exigiu dos indivíduos adaptações nos hábitos sociais, bem como das empresas quanto a reavaliação constante das estratégias operacionais para permanecerem ativas e distribuindo riquezas.

O Brasil estava em ritmo de crescimento antes da pandemia por volta de 1%, e com os protocolos adotados de distanciamento social e fechamento das atividades econômicas, resultaram numa queda de 1,5%.

A interrupção do fluxo de circulação do dinheiro, comprometeu imensamente o caixa das empresas, encurtando o giro das empresas, forçando uma busca por crédito já bastante escasso e obrigando a renegociação com fornecedores, aumentando significativamente o desemprego, como forma de contenção de despesas e parada econômica.

Neste mesmo contexto algumas há alguns pontos que merecem destaque, como a implementação de forma positiva do home office, que aumentou a produtividade, houve uma renovação das experiências empresariais, em busca de menores custos e melhoria de controles internos. Houve também um aumento de criatividade das empresas brasileiras, em busca de novos mercados e novos produtos.

Houve aprovação recorde de medidas políticas e econômicas para dar liquidez ao mercado e ajudar as pessoas desempregadas e de baixa renda, que injetou R\$ 295 bilhões na economia por meio do chamado auxílio emergencial e, mesmo assim houve uma queda drástica em todos os setores da economia brasileira.

Assim, o objetivo desta pesquisa foi analisar a geração e distribuição da riqueza por meio da Demonstração do Valor Adicionado – DVA, das empresas do setor varejista, Consumo Cíclico, listadas na B3, nos tempos de crise do COVID-19, mais precisamente o ano de 2019, anterior a pandemia, e o ano de 2020, em pleno enfrentamento do coronavírus.

Os resultados evidenciam uma redução significativa no valor adicionado gerado pelas empresas no ano de 2020, em comparação ao exercício anterior. Além disso, observou-se uma redução estatisticamente significativa na distribuição de riqueza aos acionistas no ano de 2020.

Já em relação a riqueza distribuída ao Governo e ao Pessoal, não houve uma redução significativa e se manteve praticamente nos níveis antes da pandemia.

Por fim, outras pesquisas podem ser realizadas utilizando as mesmas premissas e sequenciando o período já analisado.

REFERÊNCIAS

- Antunes, M. T. P., Grecco, M. C. P., Formigoni, H., & Mendonça Neto, O. R. D. (2012). A adoção no Brasil das normas internacionais de contabilidade IFRS: o processo e seus impactos na qualidade da informação contábil. *Revista de Economia e Relações Internacionais*, 10(20), pp. 5-19.
- Barth, M. E., Beaver, W. H., & Landsman, W. R. (2001). The relevance of value relevance literature for financial accounting standard setting: another view. *Journal of Accounting and Economics*, 31, pp. 77-104.

- Cabral, U. (2020). Vendas no varejo caem 16,8% em abril, pior resultado em 20 anos. Pesquisa mensal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, recuperado em 24 de janeiro, 2020, de <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/27963-vendas-no-varejo-caem-16-8-em-abril-pior-resultado-em-20-anos>.
- CPC 09. Comitê de Pronunciamentos Contábeis, recuperado em 24 de janeiro, 2021, de http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/175_CPC_09_rev%2014.pdf
- Castro, D. (2020). Brasil e o mundo diante da Covid-19 e da crise econômica - PET Economia UFPR, recuperado em 20 de janeiro, 2021 de <https://www.ufpr.br/portafulpr/wp-content/uploads/2020/07/Brasil-e-o-mundo-diante-da-Covid-19-e-da-crise-economica.pdf>
- Costa, R. S. D., & Marion, J. C. (2007). A uniformidade na evidenciação das informações ambientais. *Revista Contabilidade & Finanças*, 18(43), 20-pp. 33.
- Cunha, J. V. A. D., Ribeiro, M. D. S., & Santos, A. D. (2005). A demonstração do valor adicionado como instrumento de mensuração da distribuição da riqueza. *Revista Contabilidade & Finanças*, 16(37), pp. 7-23.
- Dalmácio, F. Z., & de Paulo, F. F. (2004). A evidenciação contábil: publicação de aspectos sócio-ambientais e econômico-financeiros nas demonstrações contábeis. *BBR-Brazilian Business Review*, 1(2), pp. 74-90.
- Dias Filho, J. M. (2000). A linguagem utilizada na evidenciação contábil: uma análise de sua compreensibilidade à luz da teoria da comunicação. *Caderno de Estudos*, 13(24), pp. 38-49.
- Donaldson, T., & Preston, L. (1995. January). The stakeholders theory of the corporation: concepts, evidence and implications. *Academy of Management Review*, 20(1), pp. 65-91.
- Evraert, S.; Riahi-Belkaoui, A. (1998). Usefulness of Value Added Reporting: a review and synthesis of the literature. *Managerial Finance*, v. 24, n. 11, pp. 1-15.
- Favero, H.L.; Lonardoní, M.; Sousa, C.; Takakura, M. (2011). *Contabilidade teoria e prática*. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas.
- Freeman, R. E. (2010). *Strategic management: A stakeholder approach*. Cambridge university press.
- Gallizo, J. L.; Mc Leay, S. (1989). Algunas observaciones sobre la contabilidad del valor añadido en los informes anuales de compañías y bancos. *Revista Española de Financiación y Contabilidad*, v. 13, n. 59, abril-junio, pp. 503-511.
- Gallizzo, J. L. (1990). *El valor añadido en la información contable de la empresa: análisis y aplicaciones*. Madrid: ICAC, pp. 371-389.
- Grecco, M. C. P., Formigoni, H., Geron, C. M. S., & Segura, L. C. (2013). Percepção dos profissionais brasileiros com relação ao processo de convergência contábil às normas internacionais de Convergência Contábil às Normas Internacionais. Enfoque: *Reflexão Contábil*, 32(3), pp. 111-128.
- Hendriksen, E.S.; Van Breda, M.F. (1999). *Teoria da contabilidade*. São Paulo: Editora Atlas.
- IBGE. Vendas no Varejo. Disponível em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/27963-vendas-no-varejo-caem-16-8-em-abril-pior-resultado-em-20-anos>.
- Lei n.º. 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as sociedades por ações. Diário Oficial da União. Brasília. (1976).
- Lei n.º. 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Diário Oficial da União. Brasília. (2007).

- Iudícibus, S., Martins, E., Gelbcke, E. R., & Santos, A. (2010). *Manual de contabilidade societária*. São Paulo: Editora Atlas.
- Kam, V. (1990). *Accounting Theory*. 2. ed. New York: Wiley.
- Kaplan, R. S.; Norton, D. P. (1997) A Estratégia em Ação – Balanced Scorecard. *Harvard Business School Press*. São Paulo: Elsevier.
- Knell, A. (1986). *Added value for profits*. London: The Institute of Chartered Accountants in England and Wales.
- Kottler, P. (2012). *Administração de Marketing*, 14a edição. São Paulo: Pearson Education, p. 792.
- Kroetz, C. E.; Cosenza, J. P. (2004). Considerações sobre a eficácia do valor adicionado para a mensuração do resultado econômico e social. *Revista do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul*, n. 116, abril, pp. 18-28.
- Lopes, A. B.; Martins, E. (2007). *Teoria da Contabilidade: uma nova abordagem*. São Paulo: Editora Atlas, cap.2, pp. 28 a 49.
- Luca, M. M. M. de. (1998). *Demonstração do valor adicionado: do cálculo da riqueza criada pela empresa ao valor do PIB*. São Paulo; Editora Atlas.
- Machado, M. A. V., da Silva Macedo, M. A., & Machado, M. R. (2015). Análise da relevância do conteúdo informacional da DVA no mercado brasileiro de capitais. *Revista Contabilidade & Finanças-USP*, 26(67), pp. 57-69.
- Machado, M. R. R., Machado, L. S., Souza, E. S., & de Oliveira, J. J. (2012). Aderência às normas internacionais de contabilidade pelas empresas brasileiras. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 6(15), pp. 3-22.
- Marion, J. C. (1998). *Contabilidade básica*. São Paulo: Editora Atlas.
- Martins, G. de A. (2000). *Manual para elaboração de monografias e dissertações*. 2. ed. São Paulo: Editora Atlas.
- Mendes, F. (2020). Varejo tem perda acumulada de R\$ 279 bilhões desde início da pandemia, *site Veja*, recuperado em 24 de janeiro, 2021, de <https://veja.abril.com.br/economia/com-pandemia-varejo-tem-perda-acumulada-de-r-279-bilhoes/>
- Oliveira, A.G.; Müller, A.N.; Nakamura, W.T. (2000). A utilização das informações geradas pelo sistema de informação contábil como subsídio aos processos administrativos nas pequenas empresas. *Revista da FAE*, Curitiba, v.3, n.3, set./dez, pp. 1-12.
- Richter, H. G. (1954). *Retailing: principles and practices*. New York: Mc Graw Hill.
- Salotti, B. M., & Yamamoto, M. M. (2008). Divulgação voluntária da demonstração dos fluxos de caixa no mercado de capitais brasileiro. *Revista Contabilidade & Finanças - USP*, 19 (48), pp. 37-49.
- Santos, A. dos (2005). *Revista Contabilidade & Finanças*, Universidade de São Paulo - USP, São Paulo, Jan./Abr, n. 37, pp. 7 – 23.
- Silva, M. C., Siqueira, J. R. M. D., Morais, M. O., & Santos, R. R. D. (2008). Demonstração de impacto social: uma contribuição para evidenciação da responsabilidade social. *Pensar Contábil*, 10(41).
- Simonsen, M. H.; Cysne, R. P. (1995). *Macroeconomia*. São Paulo: Editora Atlas.
- Sousa, Almir. F.; Almeida, Ricardo J. (2006) *O valor da empresa e a influência dos Stakeholders*. São Paulo: Editora Saraiva.
- Spohn, R. F. e Allen, R. Y. (1977). *Retailing*. Reston: Prentice-Hall.
- Verrecchia, R. E. (2001). Essays on Disclosure. *Journal of Accounting and Economics*, n° 32, pp. 97-180.